



MOÇAMBIQUE

AVALIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA 2021

Análise dos cidadãos sobre a abertura dos governos na África Austral



© 2021 MISA Moçambique (MISA)

Malhangalene, Rua da Sociedade dos Estudos n° 112

Caixa Postal: 615

Maputo, Moçambique

Tel.: +258 21423839

<http://www.misa.org.mz>



Um projecto com o apoio da:

Fundação Friedrich Ebert

Av. Tomás Nduda 1313

Maputo – Moçambique

Tel.: +258-21-491231

Fax: +258-21-490286

www.fes-mozambique.org

<https://www.facebook.com/fes.mozambique/>

“Os organismos públicos detêm a informação não para si próprios, mas como guardiões do bem público e toda a gente tem o direito de ter acesso a essa informação.”

Plataforma Africana de Acesso à Informação

http://www.africanplatform.org/fileadmin/user_upload/pdf/APAI-Declaration/APAI-Declaration-Portuguese.pdf

O uso comercial de todos os meios de comunicação social publicadas pela Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) e do Instituto de Meios de Comunicação da África Austral (MISA) não é permitido sem o consentimento por escrito da FES e do MISA.

A Avaliação da Transparência do MISA é um estudo realizado por investigadores nacionais de acordo com directrizes específicas. Os resultados, interpretações e conclusões são da responsabilidade dos investigadores e não reflectem necessariamente a posição e opiniões do MISA Moçambique ou da Friedrich-Ebert-Stiftung (FES).

Investigador: Egidio Guambe

Diagramação: Bryony van der Merwe (bryonyvdmerwe@gmail.com)

ANTECEDENTES

O Instituto da Comunicação Social da África Austral (MISA) vem, desde 2009, a avaliar o grau de abertura de instituições públicas e do governo na Avaliação da Transparência anual. Elaborado pelos capítulos nacionais do MISA em colaboração com investigadores nacionais, o estudo visa determinar a facilidade ou dificuldade com que os cidadãos conseguem ter acesso a informação pública.

O estudo avalia se as instituições públicas são proactivas na disponibilização de informação relevante através de uma presença *online* seja esta um *site* ou nas redes sociais. O estudo avalia também o grau de cumprimento da disponibilização de informação mediante solicitações de cidadãos.

Todos os anos no dia 28 de Setembro, o MISA junta-se à comunidade internacional para comemorar o Dia Internacional pelo Acesso Universal a Informação. O MISA assinala a ocasião com:



O lançamento do relatório Avaliação da Transparência a nível regional



Cerimónias de entrega dos Prémios Chave de Ouro e Cadeado de Ouro a nível nacional

ANÁLISE DE DADOS

Categoria 1:

Avaliação de *sites* do governo e de instituições públicas para determinar o grau de acessibilidade e existência de informação fiável e actualizada detida por organismos públicos, que inclui, (mas não se limita a): competências e funções da instituição, dotações orçamentais, procedimentos de adjudicação de concursos e informação de contacto.

Categoria 2:

Nesta categoria, pedidos de informação são apresentados a instituições governamentais e públicas para determinar o grau de facilidade de obtenção de informação pública junto destas instituições.

DESCRIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A pontuação total atribuída às categorias 1 e 2 é de 20 pontos (n = 20) para cada categoria.

Os pontos são atribuídos consoante a apreciação do investigador: *Sim* (2 pontos); *Parcial* (1 ponto); *Não* (0 pontos).

As organizações públicas avaliadas são afectadas a um dos seguintes grupos, de acordo com o número de pontos somados:

CATEGORIA 1: WEBSITE

Grupo 1 (0–6): Não tem *site* ou tem *site* extremamente deficiente, que não contém nenhuma ou praticamente nenhuma informação pública relevante.

Grupo 2 (07–13): Tem um *site* razoável que contém alguma informação pública relevante.

Grupo 3 (14–20): Tem um *site* bem organizado e transparente que contém uma boa quantidade de informação pública relevante.

CATEGORIA 2: PEDIDO DE INFORMAÇÃO

Grupo 1 (0–6): Negou um pedido razoável de acesso a informação ou demonstrou um alto grau de secretismo.

Grupo 2 (07–13): Demonstrou um grau médio de abertura ao permitir acesso a informação pública.

Grupo 3 (14–20): Demonstrou abertura ao permitir acesso a informação pública. A instituição foi prestativa e transparente.

AVALIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA

INTRODUÇÃO

Após à independência de Moçambique, em 1975, o quadro de acesso à informação pública foi muito flutuante. O contexto pós-colonial foi dominado pelo modelo centralizado de gestão pública, associado à limitada liberdade de expressão. Seria a partir de 1990 que o processo de acesso à informação começaria a suscitar algum nível de preocupação.

Mesmo depois da onda de abertura no espaço político, marcada pela democratização, a cultura de secretismo continuou. Com efeito, o regime de segredo de Estado, legislado pela lei n. 12/79, de 12 de Dezembro, continua materialmente a comprometer a possibilidade de liberdade no acesso à informação. O acesso à informação, sobretudo nas instituições públicas, está ainda na base da discricionariedade dos agentes e funcionários do Estado. Isso se associa, em parte, ao problema da organização da própria administração pública para flexibilizar a disponibilização da informação. Muitas instituições não têm nem a cultura proactiva de disponibilização de informação nem um mínimo de organização para fácil acessibilidade a ela. A dinâmica de reformas do sistema de arquivo do Estado não está articulada com a socialização a uma nova cultura de transparência e abertura das instituições para partilha de informação.

Depois de um longo e tortuoso processo de aprovação da lei de Direito à Informação (LEDI) – lei n. 34/2014, de 31 de Dezembro -, esperava-se que o espaço de disponibilização de informação fosse mais flexível. Era expectativa que o acesso à informação fosse concebido como direito que se reserva, nos termos constitucionais, à cidadania. A qualidade de governação e de cidadania dependem muito da qualidade de informação que é disponibilizada para o cidadão. O exercício de direitos democráticos está, com efeito, intrinsecamente dependente da informação sobre a governação no geral. Porém, os estudos dos níveis de implementação do quadro legal do direito à informação não cessam de revelar a existência de muitos impasses para uma plena disponibilização de informação de interesse público¹.

Nos últimos tempos, reconhece-se uma certa retracção do espaço público para a disponibilização de informação que, em parte, se associa a uma certa recomposição autoritária do regime político². De acordo com a opinião pública, depois do segundo mandato do Presidente Armando Guebuza, o regime democrático moçambicano registou assinaláveis retrocessos, marcados pelo recrudescimento de conflitos militares desde 2012, que já causaram mortes, sobretudo na região Centro do país. A partir de 2017, no extremo Norte de Moçambique, emergia um outro conflito com móbil extremista islâmico, que ficou baptizado de “insurgência” e que viria agravar a situação política e humanitária de Moçambique³. Com o contexto político tenso, o direito à informação assim como as liberdades de expressão ficaram comprometidas.

As actividades de monitoria de implementação da LEDI assim como as avaliações permanentes têm, no entanto, incrementado algumas mudanças, mesmo que marginais. Por exemplo, a disponibilização da informação por vias virtuais e o avanço da digitalização dos documentos administrativos conheceu, nos últimos tempos, melhorias registáveis. Desde 2020, com a eclosão da pandemia do Coronavírus, a tendência para a exploração das páginas *web* e redes sociais como meios de disponibilização de informação acelerou. Da pesquisa realizada, foi possível notar que mesmo instituições que, na avaliação passada, tinham registado anotações muito negativas, como o Município da Cidade da Matola, tiveram uma relativa melhoria.

Nestes termos, as avaliações e monitoria sobre os níveis de abertura das instituições para fornecer informação de interesse público parecem surtir algum efeito, no sentido em que criaram espaços de incentivo para adesão à algumas melhorias de institucionalização de partilha de informação. Podemos considerar, no geral, que apesar do ambiente político tender para uma assinalável dificuldade em fornecer informação, existe a consciência sobre a importância da partilha de informação. As visitas efectuadas às instituições

2020: The Citizens’ Analysis of Government Openness in Southern Africa’, 2020.

2 Domingos M. Do Rosário, Egidio Guambe & Ericino Salema, *Democracia Multipartidária Em Moçambique*, EISA (Maputo: EISA, 2020).

3 Saide Habibe, Salvador Forquilha & João Pereira, *Radicalização Islâmica No Norte de Moçambique. O Caso de Mocimboa Da Praia*, Caderno IESE n. 17 (Maputo: IESE, 2019).

1 SEKELEKANI, OAM, MISA E OMR, “Lei do Direito a Informação, as Cadeias de Valor: Relatório de Monitoria da Implementação da Lei nº34/2014, de 31 de Dezembro”, Maputo, 2020. Friedrich-Ebert-Stiftung and Media Project for Southern Africa, ‘MISA Transparency Assessment

mostraram igualmente que, mesmo com dificuldades de cumprimentos da LEDI, um esforço está sendo feito para organizar os arquivos e os espaços de consultas de informação.

FUNDAMENTAÇÃO DOS PARÂMETROS DO ESTUDO

Este estudo foi realizado tendo em consideração a implementação da LEDI. Publicada em 2014, esta legislação e o seu regulamento configuram o regime jurídico de acesso à informação de interesse público e, sobretudo, atribuem capacidade às instituições para a disponibilização de informação de forma proactiva.

Na base deste regime e usando a matriz de Padlock do MISA, exploramos as condições institucionais, organizacionais e as actividades desenvolvidas para a implementação da LEDI entanto que pressuposto para a abertura das instituições à disponibilização de informação. A LEDI é implementada há quase cinco anos, o que leva a assumir o pressuposto de que as instituições que dispõem e gerem informação de interesse público podem estar à altura de produzir resultados significativos. Por isso, em alguns casos, optamos pela técnica de monitoria continua.

O trabalho foi realizado num contexto em que Moçambique e o mundo são afectados pela pandemia da Covid-19, o que alterou grandemente o modo de funcionamento das instituições. Orientamos o estudo tendo igualmente em conta os sectores que conheceram maior demanda por informação, como os da Saúde, do Turismo e do Emprego.

O contexto da Covid-19 suscitou nas instituições o uso de mecanismo virtuais, com trabalho remoto ou ainda marcações electrónicas para atendimento. Este contexto retomou, até certo ponto, as preocupações pela governação electrónica. Esta parece-nos ter sido uma oportunidade ímpar para uma abordagem virtual das instituições. Obviamente, a institucionalização de práticas de partilha de informação por meios virtuais dependerá do acompanhamento e da vontade das lideranças. O certo é que a abordagem virtual parece ser incontornável e devia ser investida e acompanhada pela digitalização, sem precedente, da administração da informação de interesse público.

Os resultados da pesquisa ajudarão ao MISA e instituições parceiras a traçarem planos e estratégias que possam melhorar a gestão e partilha de informação de interesse público.

Neste exercício, foram submetidas à avaliação dez instituições, considerando questões de continuidade de algumas que foram avaliadas nas últimas três análises, como foi o caso do Ministério da Saúde e o Município da Cidade da Matola. O primeiro, em razão do contexto da pandemia da Covid-19, tem fortes solicitações e é visto como indispensável para a gestão da doença. O Município da Matola, por razões de sempre ter recebido classificação “mais” baixa, portanto uma instituição recorrentemente considerada “cadeado de ouro”. Assim, seria possível observar a natureza de mudanças tendo em conta as actividades de pressão e seguimento desenvolvidas pelo MISA e seus parceiros.

Igualmente, como referido acima, baseamo-nos na ideia dos efeitos da Covid-19. Por isso, foram ainda seleccionados os sectores do Turismo, Emprego, Finanças, Educação e o de Gestão de Calamidades. O tratamento de pedidos de informação nestas instituições permite levantar ilações concretas sobre as modificações da partilha de informação em contextos de crise.

METODOLOGIA

Para a realização do trabalho, cruzaram-se diversas técnicas de pesquisas, tais como a documental e a revisão bibliográfica. Foi também usada a observação não participante, que consistiu na visita às instituições seleccionadas. Na sequência das visitas, fez-se observação aos espaços de armazenamento e consulta de documentos para aferir o nível de preparação das instituições em disponibilizar informação.

Para a recolha de dados, baseamo-nos em entrevistas semiestruturadas e em dois guiões. O primeiro consistiu no estudo das páginas **web** das instituições. Aqui o exercício foi de acompanhar a gestão das páginas das instituições durante os 21 dias de espera de respostas aos pedidos de informação enviados para as instituições. O princípio é que, nos termos da Política de Governação Electrónica, as instituições dispõem de página **web** através da qual partilham informações relevantes sobre as actividades e planificações organizacionais. Para além das páginas, seguimos as redes sociais. Algumas instituições, mesmo que não seja imperativo legal, dispõem de páginas em redes sociais onde, para além de partilha de informação, interagem com os cidadãos. O segundo formulário foi relativo ao tratamento dos pedidos de informação, entrevistas e visitas efectuadas às instituições. Os dados desta grelha conjugaram as cartas de pedido de informação e os resultados da observação bem como as entrevistas efectuadas.

A interpretação dos dados baseou-se na quantificação dos indicadores assim como na análise de conteúdo apoiada em revisão bibliográfica. A escolha das instituições a submeter ao teste de disponibilização de informação foi, com efeito, baseada nos critérios de relevância para a matéria, conforme a actualidade e informada por avaliações efectuadas nos anos anteriores.

Para avaliar a natureza de evolução, foi mantido o Município da Cidade da Matola. Este foi submetido nas últimas duas avaliações em razão das suas baixas avaliações. Uma vez insistido, esperava-se poder verificar o grau de esforço para mudar os cenários anteriores. O Ministério da Saúde foi mantido devido ao contexto da Covid-19 e à sua centralidade na gestão da pandemia.

O contexto da Covid-19 e as restrições das actividades pode ter impactado na correspondência. Apesar de todas instituições terem recebido cartas relativas ao estudo, o trabalho em condições limitadas (por exemplo, restrições de horários de trabalho e funcionários trabalhando em regimes de rotação) pode ter influenciado o tratamento dos pedidos. A colecta de dados obedeceu três fases essenciais:

- Foram enviadas cartas às instituições seleccionadas, solicitando informações específicas. As solicitações foram acompanhadas por um enquadramento do âmbito jurídico da necessidade de disponibilização de informação. Informações e materiais solicitados às instituições foram seleccionados conforme pertinência e actualidade. Todas as cartas foram enviadas no dia 18 de Agosto de 2021, tendo sido controlado o período de 21 dias forme a lei. No entanto, as análises foram efectuadas a partir do dia 15 de Setembro de 2021.
- Durante os 21 dias de espera, como estipulado por lei, foram acompanhadas as páginas **web** das instituições assim como as suas páginas de redes sociais. O objectivo era analisar o fluxo de informação e a recorrência nas actualizações assim como a relevância das informações disponibilizadas por via virtual.
- No final dos 21 dias, foram também efectuadas visitas às instituições seleccionadas, para aferir a existência de condições previstas por lei para flexibilização da disponibilização de informação. No mesmo âmbito, foram efectuadas entrevistas complementares.

Para este trabalho, foram submetidas à avaliação da acessibilidade de informação as seguintes instituições:

1. Ministério da Saúde
2. Ministério da Economia e Finanças
3. Ministério da Cultura e Turismo
4. Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano
5. Instituto Nacional de Gestão e Redução do Riscos de Desastres
6. Agência Metropolitana de Transporte de Maputo
7. Conselho Municipal da Cidade da Matola
8. Empresa Transporte, Multiplexação e Transmissão
9. Moçambique Telecom, SA (Tmcel)
10. Instituto de Algodão e Oleaginosas de Moçambique

RESUMO DAS PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Categoria 1. Análise dos sites

Durante 21 dias úteis, foram analisadas páginas web de 10 instituições seleccionadas segundo critérios de relevância. As análises incluíram o acompanhamento das redes sociais. Para além deste acompanhamento, foram enviadas mensagens e emails de pedidos de informação. Deste exercício fizeram-se as seguintes constatações:

- Quase todas as instituições seleccionadas dispõem de páginas web com excepção da Empresa Transporte, Multiplexação e Transmissão e do Instituto de Algodão e Oleaginosas de Moçambique. Todas as instituições, sem excepção, têm páginas de redes sociais.
- De forma geral, as páginas são actualizadas com alguma regularidade e contêm informação que se considera relevante. No entanto, a informação é mais de natureza noticiosa, não de documentos como planos de actividades, relatórios de contas, relatórios de avaliação ou ainda relatórios de cumprimento ou não de metas.
- As instituições mostraram alguma melhoria em termos de interacção por meios virtuais. A disponibilização de informação através de meios virtuais mostra uma tendência progressiva. É provável que o contexto da pandemia da Covid-19 tenha criado oportunidade para a adesão a meios virtuais.

Esta adesão a meios virtuais continua, no entanto, a registar desafios de constituição de conteúdos para páginas de internet assim como desafios para partilha de informações relevantes, como documentos fundamentais das instituições, anúncio de concursos e de adjudicações.

Outro elemento é concernente à manutenção das páginas. Durante o período de monitoria, as páginas registaram muitas oscilações em termos de disponibilidade. Muitas vezes, estiveram inacessíveis o que, de acordo com as entrevistas, podia estar a relacionado com problemas de assistência.

As interacções virtuais ainda não são muito flexíveis. Muitos dos pedidos de informação por email ou mensagens das redes sociais não foram respondidos, o que se explicou por ausência de funcionários alocados especificamente para tratamento de pedidos de informação por via virtual.

Categoria 2. Pedidos de informação

Foram enviadas 10 cartas contendo pedidos específicos e actuais para os sectores seleccionados. De acordo com a lei, as instituições têm 21 dias para responder aos pedidos. Nestes termos, após a submissão dos pedidos e acusada a recepção, aguardamos 21 dias para recepção das respostas. A actividade foi complementada por visitas às instituições e por realização de entrevistas com as quais se esperava obter informações complementares assim como conferir a preparação institucional para a disponibilização de informação. Cruzadas e analisadas as informações, concluiu-se que:

- Em geral, as instituições continuam não tendo uma organização adequada para flexibilizar a disponibilização de informação. Das instituições visitadas, poucas têm um sistema de arquivo devidamente organizado. Quase nenhuma tem um funcionário alocado para atender e tratar pedidos de informação.
- Os departamentos de comunicação e marketing existentes em algumas instituições não estão preparados para responder e disponibilizar informações solicitadas pelos cidadãos. As recepções das instituições funcionam como espaços de recepção e direccionamento dos pedidos de informação, o que faz com que, muitas vezes, os pedidos não sejam devidamente direccionados aos departamentos.
- Existe ainda uma forte hierarquização para a disponibilização da informação. Muitas instituições visitadas referiram depender das lideranças para ceder as informações solicitadas. Esta centralização da decisão de disponibilização da informação resulta em atrasos nas respostas.
- As dificuldades de organização da informação nas instituições é o principal motivo das dificuldades de acessibilidade à informação. Por isso, julgamos que um trabalho mais arrojado deve ser direccionado ao processo de organização dos arquivos e ao treinamento para a gestão da informação de interesse público.

CONCLUSÃO DETALHADAS

1. MINISTÉRIO DA SAÚDE

CATEGORIA 1: WEBSITE

<https://www.misau.gov.mz/>

O Ministério da Saúde dispõe de uma página web actualizada. Está presente igualmente nas redes sociais com destaque para o Facebook (<https://www.facebook.com/MISAUMOCAMBIQUE/>). Da análise, foi possível notar que o ministério apresenta informações pertinentes e de utilidade pública, sobretudo no que concerne à Covid-19, HIV/SIDA e outras doenças. Na sua página web, figuram documentos relevantes, tais como orçamentos e gastos, estatuto orgânico, programas e políticas. A disposição da página web encontra-se bem organizada e é de fácil manuseamento. A página apresenta dados estatísticos actualizados com destaque para os casos da Covid-19 (óbitos, infectados e recuperados).

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
1. O website tem informação actualizada?	X			
2. O website contém o seguinte:				
a. Uma descrição dos seus poderes, bem como dados sobre a estrutura organizacional, as funções e responsabilidades da administração?	X			
b. Uma lista das leis pertinentes, assim como do seu próprio estatuto orgânico?	X			
c. Relatórios, políticas, programas?			X	Apesar de estar actualizada, a página do MISAU Apresenta apenas relatórios e não disponibiliza programas e políticas do sector.
d. Orçamento e gastos?	X			
e. Informação sobre procedimentos na aquisição de bens e serviços, contratos assinados?	X			
f. Vagas e procedimentos de candidaturas ao emprego?		X		
g. O endereço, número de telefone, e horário de funcionamento da instituição?	X			Contem o endereço, número de telefone, mas não tem informações sobre o horário de funcionamento da instituição.
h. Os dados de contacto de funcionários específicos?			X	Apesar de ter emails e contactos, a página não apresenta nenhum contacto de funcionário específico.
i. Um mecanismo electrónico de submissão e recepção de mensagens e pedidos de informação?	X			

Pontuação: 16/20

CATEGORIA 2: PEDIDO DE INFORMAÇÃO

O seguinte pedido foi submetido ao MISTÉRIO DA SAÚDE:

- O plano e orçamento das vacinas adquiridas pelo governo para fazer face à pandemia da Covid-19 em Moçambique;
- Os contratos realizados com as empresas envolvidas para o processo de aquisição e distribuição das vacinas;

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
1. Há um funcionário especificamente designado para receber e responder a pedidos de informação?		X		Pese embora a existência de canais de comunicação, não existe um funcionário específico para responder pedidos de informação
2. A instituição respondeu dentro dos 21 dias?	X			
3. A instituição respondeu ao pedido de informação?	X			
4. A instituição publica os seus procedimentos de tratamento de pedidos de informação?			X	Não há clareza sobre as vias e procedimentos de tratamento aos pedidos de informação.
5. A instituição disponibilizou toda a informação solicitada?	X			
6. A instituição disponibilizou, por escrito, as razões para a recusa da informação?				N/A
7. A instituição revelou informação sobre as suas operações, orçamentos, estrutura organizacional, etc.?	X			Durante a visita efectuada, foi possível notar, em todas as vitrinas, um comunicado do Conselho Municipal a denunciar a existência de esquema de venda de terra, no município.
8. A instituição disponibilizou a informação sem procurar saber dos objectivos e motivos do requerente?	X			N/A
9. A instituição reconheceu a recepção do pedido de informação dentro de 7 dias?	X			
10. A informação recebida estava clara e compreensível?	X			N/A

Pontuação: 15/20

2. MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

CATEGORIA 1: WEBSITE

<https://www.mef.gov.mz/>

O Ministério da Economia e Finanças dispõe de uma página **web** actualizada, com documentos (estatuto orgânico e relatórios de fundos no âmbito da Covid-19) à disposição do público, mas não apresenta uma lista de legislação aplicável ao sector. Dispõe de uma descrição da estrutura organizacional, porém não descreve as suas responsabilidades.

Os documentos relativos aos orçamentos e gastos também são recentes e datam de 2007 a 2021.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
1. O website tem informação actualizada?	X			
2. O website contém o seguinte:				
a. Uma descrição dos seus poderes, bem como dados sobre a estrutura organizacional, as funções e responsabilidades da administração?	X			
b. Uma lista das leis pertinentes, assim como do seu próprio estatuto orgânico?			X	Não contem lista de leis, apenas do estatuto orgânico
c. Relatórios, políticas, programas?			X	Apenas contém relatórios
d. Orçamento e gastos?	X			
e. Informação sobre procedimentos na aquisição de bens e serviços, contratos assinados?			X	
f. Vagas e procedimentos de candidaturas ao emprego?		X		
g. O endereço, número de telefone, e horário de funcionamento da instituição?			X	Não contem informações sobre o horário de funcionamento da instituição
h. Os dados de contacto de funcionários específicos?		X		
i. Um mecanismo electrónico de submissão e recepção de mensagens e pedidos de informação?	X			

Pontuação: 12/20

CATEGORIA 2: PEDIDO DE INFORMAÇÃO

O seguinte pedido foi feito ao MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS:

- O plano de orçamento e o total de fundos mobilizados pelo Governo para fazer face à pandemia da Covid-19, assim como a sua distribuição e critérios de alocação pelos principais sectores de actividade directamente envolvidas.
- Orçamento alocado na província de Cabo Delgado para fazer face à situação da crise humanitária provocada pela insurgência/extremismo violento, assim como os critérios usados para a sua alocação

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
1. Há um funcionário especificamente designado para receber e responder a pedidos de informação?			X	Não tem uma pessoa específica, mas tem um departamento que responde pela comunicação
2. A instituição respondeu dentro dos 21 dias?		X		
3. A instituição respondeu ao pedido de informação?		X		
4. A instituição publica os seus procedimentos de tratamento de pedidos de informação?	X			
5. A instituição disponibilizou toda a informação solicitada?		X		Apesar de ter concedido entrevista, não houve resposta da carta.
6. A instituição disponibilizou, por escrito, as razões para a recusa da informação?		X		

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
7. A instituição revelou informação sobre as suas operações, orçamentos, estrutura organizacional, etc.?			X	Tem parcialmente alguma informação embora não completa
8. A instituição disponibilizou a informação sem procurar saber dos objectivos e motivos do requerente?		X		
9. A instituição reconheceu a recepção do pedido de informação dentro de 7 dias?	X			
10. A informação recebida estava clara e compreensível?		X		

Pontuação: 06/20

3. MINISTÉRIO DA CULTURA E TURISMO

CATEGORIA 1: WEBSITE

O Ministério da Cultura e Turismo não tem uma página web funcional. A página (www.micultur.gov.mz) não esta operacional. Apesar de ter uma página no Facebook (www.facebook.com/micultur.gov.mz), as informações disponibilizadas na página são apenas sobre eventos e memorandos de entendimento. Não consta nenhuma informação sobre a Covid-19 ou sobre as estratégias que este sector desenhou para se sustentar em meio à pandemia.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
1. O website tem informação actualizada?	X			Embora nem sempre funcional, o ministério tem uma página web existente.
2. O website contém o seguinte:				
a. Uma descrição dos seus poderes, bem como dados sobre a estrutura organizacional, as funções e responsabilidades da administração?	X			
b. Uma lista das leis pertinentes, assim como do seu próprio estatuto orgânico?	X			
c. Relatórios, políticas, programas?		X		
d. Orçamento e gastos?		X		
e. Informação sobre procedimentos na aquisição de bens e serviços, contratos assinados?	X			
f. Vagas e procedimentos de candidaturas ao emprego?		X		
g. O endereço, número de telefone, e horário de funcionamento da instituição?	X			
h. Os dados de contacto de funcionários específicos?		X		O ministério não tem pessoa ou departamento específico.
i. Um mecanismo electrónico de submissão e recepção de mensagens e pedidos de informação?	X			

Pontuação: 10/20

CATEGORIA 2: PEDIDO DE INFORMAÇÃO

O seguinte pedido foi feito ao MINISTÉRIO DA CULTURA E TURISMO:

- O número de empregos perdidos no sector do Turismo e o seu rácio sob as previsões do ano 2021, tendo em conta o impacto da Covid-19 em Moçambique;
- O investimento que vai ser realizado para a manutenção dos postos de trabalho no sector do Turismo, no contexto da Covid-19;

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
1. Há um funcionário especificamente designado para receber e responder a pedidos de informação?		X		
2. A instituição respondeu dentro dos 21 dias?		X		
3. A instituição respondeu ao pedido de informação?		X		
4. A instituição publica os seus procedimentos de tratamento de pedidos de informação?			X	Embora existam contactos não está claro sobre procedimentos de pedido de informação.
5. A instituição disponibilizou toda a informação solicitada?		X		
6. A instituição disponibilizou, por escrito, as razões para a recusa da informação?		X		
7. A instituição revelou informação sobre as suas operações, orçamentos, estrutura organizacional, etc.?		X		
8. A instituição disponibilizou a informação sem procurar saber dos objectivos e motivos do requerente?		X		
9. A instituição reconheceu a recepção do pedido de informação dentro de 7 dias?	X			
10. A informação recebida estava clara e compreensível?		X		

Pontuação: 03/20

4. MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

CATEGORIA 1: WEBSITE

<http://www.mined.gov.mz/>

O Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano dispõe de uma página web. Porém a mesma não está operacional. O MINED detém igualmente uma conta no Facebook (<https://www.facebook.com/minedhmocambique/>). As únicas informações que a página do Facebook dispõe são o endereço, contacto e o horário de funcionamento da instituição.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
1. O website tem informação actualizada?		X		
2. O website contém o seguinte:				
a. Uma descrição dos seus poderes, bem como dados sobre a estrutura organizacional, as funções e responsabilidades da administração?	X			

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
b. Uma lista das leis pertinentes, assim como do seu próprio estatuto orgânico?	X			
c. Relatórios, políticas, programas?		X		
d. Orçamento e gastos?		X		
e. Informação sobre procedimentos na aquisição de bens e serviços, contratos assinados?			X	Apesar de ter contactos, não existem procedimento de solicitação de informação
f. Vagas e procedimentos de candidaturas ao emprego?		X		
g. O endereço, número de telefone, e horário de funcionamento da instituição?	X			
h. Os dados de contacto de funcionários específicos?	X			Apesar de não ter um contacto específico de funcionário, tem detalhes de contactos gerais
i. Um mecanismo electrónico de submissão e recepção de mensagens e pedidos de informação?	X			

Pontuação: 11/20

CATEGORIA 2: PEDIDO DE INFORMAÇÃO

O seguinte pedido foi feito ao MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO:

- O relatório de adjudicação e os contratos firmados com as empresas que prestaram serviços no âmbito da reabilitação das Escolas, em todo o País, para criação de condições sanitárias adequadas ao contexto da Covid-19.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
1. Há um funcionário especificamente designado para receber e responder a pedidos de informação?			X	Embora exista um departamento de cuida da comunicação, não tem funcionário específico para tratamento de pedido de informação
2. A instituição respondeu dentro dos 21 dias?		X		
3. A instituição respondeu ao pedido de informação?		X		
4. A instituição publica os seus procedimentos de tratamento de pedidos de informação?			X	Tem uma página com contactos, mas não expôs necessariamente os procedimentos de pedido de informação
5. A instituição disponibilizou toda a informação solicitada?		X		
6. A instituição disponibilizou, por escrito, as razões para a recusa da informação?		X		

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
7. A instituição revelou informação sobre as suas operações, orçamentos, estrutura organizacional, etc.?			X	Tem uma informação geral, mas não tem dados específicos de actividades.
8. A instituição disponibilizou a informação sem procurar saber dos objectivos e motivos do requerente?		X		
9. A instituição reconheceu a recepção do pedido de informação dentro de 7 dias?	X			
10. A informação recebida estava clara e compreensível?				N/A não respondeu

Pontuação: 05/20

5. INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO E REDUÇÃO DO RISCOS DE DESASTRES

CATEGORIA 1: WEBSITE

<https://www.ingd.gov.mz/>

O Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres tem página web e com informações actualizadas. Dispõe também de uma conta Facebook (<https://www.facebook.com/INGD.Mocambique/>) com notícias/eventos relativamente recentes destacando os feitos que esta organização tem prestado ao País. Contudo, esta página web carece de alguns documentos, relativos à estrutura organizacional, assim como as suas funções e responsabilidades administrativas.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
1. O website tem informação actualizada?	X			
2. O website contém o seguinte:				
a. Uma descrição dos seus poderes, bem como dados sobre a estrutura organizacional, as funções e responsabilidades da administração?			X	Apesar desta organização ter informações actualizadas carece de informações sobre a sua estrutura organizacional e suas respectivas funções. Apresenta, no entanto, a sua missão, visão e valores.
b. Uma lista das leis pertinentes, assim como do seu próprio estatuto orgânico?	X			
c. Relatórios, políticas, programas?	X			
d. Orçamento e gastos?		X		
e. Informação sobre procedimentos na aquisição de bens e serviços, contratos assinados?	X			
f. Vagas e procedimentos de candidaturas ao emprego?	X			
g. O endereço, número de telefone, e horário de funcionamento da instituição?			X	Não tem informações sobre o horário de funcionamento da instituição
h. Os dados de contacto de funcionários específicos?		X		

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
i. Um mecanismo electrónico de submissão e recepção de mensagens e pedidos de informação?	X			

Pontuação: 14/20

CATEGORIA 2: PEDIDO DE INFORMAÇÃO

O seguinte pedido foi feito ao INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO E REDUÇÃO DO RISCOS DE DESASTRES:

- O número total de deslocados de guerra de Cabo Delgado e a respectiva distribuição pelos centros de reassentamento;
- O plano de orçamento e o total de fundos mobilizados pelo Governo para fazer aos efeitos sociais do conflito de Cabo Delgado;

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
1. Há um funcionário especificamente designado para receber e responder a pedidos de informação?			X	Embora tenha todos detalhes para contacto à instituição, não um funcionário específico para atender aos pedidos de informação.
2. A instituição respondeu dentro dos 21 dias?		X		
3. A instituição respondeu ao pedido de informação?		X		
4. A instituição publica os seus procedimentos de tratamento de pedidos de informação?			X	Tem contactos incluindo para emergências e linha verde, mesmo sem publicar mecanismo de pedido de informação.
5. A instituição disponibilizou toda a informação solicitada?		X		
6. A instituição disponibilizou, por escrito, as razões para a recusa da informação?		X		
7. A instituição revelou informação sobre as suas operações, orçamentos, estrutura organizacional, etc.?	X			Tem todos relatórios de contas e auditorias apresentadas na sua página
8. A instituição disponibilizou a informação sem procurar saber dos objectivos e motivos do requerente?		X		
9. A instituição reconheceu a recepção do pedido de informação dentro de 7 dias?	X			
10. A informação recebida estava clara e compreensível?				N/A

Pontuação: 06/20

6. AGÊNCIA METROPOLITANA DE TRANSPORTE DE MAPUTO (AMT)

CATEGORIA 1: WEBSITE

www.amt.gov.mz

A Agência Metropolitana de Transporte de Maputo (AMT) tem uma página web actualizada, apesar das leis assim como o estatuto orgânico estarem ainda em fase de aprovação. A agência detém de uma conta Facebook (<https://www.facebook.com/Ag%C3%Aancia-Metropolitana-de-Transporte-de-Maputo-AMT-1572147376251581/>) também actualizada e com informações de interesse público. Matérias relativas à Covid-19 são de destaque sobretudo porque esta agência ainda continua com campanhas de vacinação.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
1. O website tem informação actualizada?	X			
2. O website contém o seguinte:				
a. Uma descrição dos seus poderes, bem como dados sobre a estrutura organizacional, as funções e responsabilidades da administração?	X			
b. Uma lista das leis pertinentes, assim como do seu próprio estatuto orgânico?			X	O estatuto orgânico, e legislação não constam na página web. A descrição refere estarem em fase de aprovação.
c. Relatórios, políticas, programas?			X	A agência dispõe penas de relatórios e não contém políticas e programas.
d. Orçamento e gastos?		X		
e. Informação sobre procedimentos na aquisição de bens e serviços, contratos assinados?			X	Apesar de ter informações sobre o procedimento de na aquisição de bens e serviços a página não tem informações sobre contratos assinados.
f. Vagas e procedimentos de candidaturas ao emprego?		X		
g. O endereço, número de telefone, e horário de funcionamento da instituição?	X			
h. Os dados de contacto de funcionários específicos?		X		
i. Um mecanismo electrónico de submissão e recepção de mensagens e pedidos de informação?	X			

Pontuação: 11/20

CATEGORIA 2: PEDIDO DE INFORMAÇÃO

O seguinte pedido foi feito à AGÊNCIA METROPOLITANA DE TRANSPORTE DE MAPUTO (AMT):

- O plano de desenvolvimento de transporte na região metropolitana do Grande Maputo;
- O relatório financeiro do exercício económico 2020, atinente a todas as actividades planificadas e implementadas.
- O relatório e nível de implementação de actividades do ano 2021 e projectos previstos para o ano 2022.
- O plano, orçamento e o relatório das medidas de prevenção contra a pandemia da Covid-19 nos transportes da região metropolitana de Maputo;

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
1. Há um funcionário especificamente designado para receber e responder a pedidos de informação?		X		
2. A instituição respondeu dentro dos 21 dias?		X		
3. A instituição respondeu ao pedido de informação?		X		
4. A instituição publica os seus procedimentos de tratamento de pedidos de informação?		X		
5. A instituição disponibilizou toda a informação solicitada?		X		
6. A instituição disponibilizou, por escrito, as razões para a recusa da informação?		X		
7. A instituição revelou informação sobre as suas operações, orçamentos, estrutura organizacional, etc.?		X		
8. A instituição disponibilizou a informação sem procurar saber dos objectivos e motivos do requerente?				N/A
9. A instituição reconheceu a recepção do pedido de informação dentro de 7 dias?	X			
10. A informação recebida estava clara e compreensível?				N/A

Pontuação: 02/20

7. CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DA MATOLA

CATEGORIA 1: WEBSITE

<https://cmcmatola.gov.mz>

O Conselho Municipal da Cidade da Matola dispõe de uma página web (com informações relativamente actualizadas. Apresenta uma conta no Facebook (<https://www.facebook.com/municipio.matola/>) com informações recentes sobre algumas obras que o município tem desenvolvido. As páginas web e do Facebook são de fácil manuseio. Apesar de terem à disposição orçamentos e relatórios, os mesmos são de 2015, 2016 e 2017.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
1. O website tem informação actualizada?	X			
2. O website contém o seguinte:				
a. Uma descrição dos seus poderes, bem como dados sobre a estrutura organizacional, as funções e responsabilidades da administração?	X			
b. Uma lista das leis pertinentes, assim como do seu próprio estatuto orgânico?	X			

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
c. Relatórios, políticas, programas?		X		A página apenas contém apenas relatórios de 2015, 2016 2e 2018 e não disponibiliza políticas e programas.
d. Orçamento e gastos?		X		A página web apenas dispõe do orçamento de 2015, 2016 e 2017 e nenhum orçamento referente aos anos subsequentes.
e. Informação sobre procedimentos na aquisição de bens e serviços, contratos assinados?		X		
f. Vagas e procedimentos de candidaturas ao emprego?		X		
g. O endereço, número de telefone, e horário de funcionamento da instituição?			X	Esta página apenas disponibiliza endereço e o número de telefone.
h. Os dados de contacto de funcionários específicos?		X		
i. Um mecanismo electrónico de submissão e recepção de mensagens e pedidos de informação?	X			

Pontuação: 09/20

CATEGORIA 2: PEDIDO DE INFORMAÇÃO

O seguinte pedido foi feito ao CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DA MATOLA:

- O contrato integral da exploração do espaço do jardim municipal, o Parque dos Poetas da Cidade da Matola.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
1. Há um funcionário especificamente designado para receber e responder a pedidos de informação?		X		Foi dada a referência de estarem ainda a se instalarem no novo edifício e tudo estar ainda em constituição
2. A instituição respondeu dentro dos 21 dias?		X		
3. A instituição respondeu ao pedido de informação?		X		
4. A instituição publica os seus procedimentos de tratamento de pedidos de informação?			X	Embora disponha de páginas e disponha de contacto nada consta sobre solicitação de informação
5. A instituição disponibilizou toda a informação solicitada?				N/A
6. A instituição disponibilizou, por escrito, as razões para a recusa da informação?		X		
7. A instituição revelou informação sobre as suas operações, orçamentos, estrutura organizacional, etc.?			X	O exposto mesmo na página web refere anos de 2015 até 2017. Nada sobre os anos subsequentes

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
8. A instituição disponibilizou a informação sem procurar saber dos objectivos e motivos do requerente?				N/A
9. A instituição reconheceu a recepção do pedido de informação dentro de 7 dias?	X			
10. A informação recebida estava clara e compreensível?		X		

Pontuação: 04/20

8. EMPRESA TRANSPORTE, MULTIPLEXAÇÃO E TRANSMISSÃO - TMT

CATEGORIA 1: WEBSITE

www.fni.gov.mz

A empresa de Transporte, Multiplexação e Transmissão (TMT) tem conta apenas no Facebook (<https://www.facebook.com/municipio.matola/>) e Instagram. Não possui nenhuma página web. As únicas informações encontradas na página do Facebook são sobre o endereço, número de telefone e horário de funcionamento da instituição. As últimas publicações desta empresa, até a data da sua consulta, são do dia 1 de Novembro de 2020.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
1. O website tem informação actualizada?			X	Apenas registamos a existência de uma página de Facebook e Instagram.
2. O website contém o seguinte:				
a. Uma descrição dos seus poderes, bem como dados sobre a estrutura organizacional, as funções e responsabilidades da administração?		X		
b. Uma lista das leis pertinentes, assim como do seu próprio estatuto orgânico?		X		
c. Relatórios, políticas, programas?		X		
d. Orçamento e gastos?		X		
e. Informação sobre procedimentos na aquisição de bens e serviços, contratos assinados?		X		
f. Vagas e procedimentos de candidaturas ao emprego?		X		
g. O endereço, número de telefone, e horário de funcionamento da instituição?	X			Estas informações foram encontradas na página do Facebook.
h. Os dados de contacto de funcionários específicos?		X		
i. Um mecanismo electrónico de submissão e recepção de mensagens e pedidos de informação?		X		

Pontuação: 03/20

CATEGORIA 2: PEDIDO DE INFORMAÇÃO

O seguinte pedido foi feito à EMPRESA TRANSPORTE, MULTIPLEXAÇÃO E TRANSMISSÃO (TMT):

- O relatório de regulação de comunicações atinente ao ano 2020.
- Os relatórios de contas dos anos 2019 e 2020.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
1. Há um funcionário especificamente designado para receber e responder a pedidos de informação?		X		
2. A instituição respondeu dentro dos 21 dias?		X		
3. A instituição respondeu ao pedido de informação?		X		
4. A instituição publica os seus procedimentos de tratamento de pedidos de informação?		X		Num contexto em que a migração para transmissão digital é obrigatória se esperava uma clareza de procedimentos.
5. A instituição disponibilizou toda a informação solicitada?		X		
6. A instituição disponibilizou, por escrito, as razões para a recusa da informação?		X		
7. A instituição revelou informação sobre as suas operações, orçamentos, estrutura organizacional, etc.?		X		
8. A instituição disponibilizou a informação sem procurar saber dos objectivos e motivos do requerente?		X		
9. A instituição reconheceu a recepção do pedido de informação dentro de 7 dias?	X			
10. A informação recebida estava clara e compreensível?				N/A

Pontuação: 02/20

9. MOÇAMBIQUE TELECOM, SA (TMCEL)

CATEGORIA 1: WEBSITE

www.tmcel.mz

A Moçambique Telecom apresenta página web e contas nas diversas plataformas de redes sociais: (no Facebook (<https://www.facebook.com/tmcel.mz/>), Twitter (https://twitter.com/tmcel_mz), Instagram (<https://www.instagram.com/tmcel.mz/?hl=pt>) e LinkedIn (<https://mz.linkedin.com/company/tmcel.mz>). As notícias publicadas na página web são apenas de 2020 e não consta nenhuma de 2021.

Esta instituição não tem nas suas páginas web assim como nas redes sociais documentos actualizados sobre as leis, estatuto orgânico, orçamento e gastos. A página web dispõe também de uma área reservada para responsabilidade social, porém a mesma encontra-se em manutenção programada.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
1. O website tem informação actualizada?			X	A página da Telecom apenas tem informações de 2020.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
2. O website contém o seguinte:				
a. Uma descrição dos seus poderes, bem como dados sobre a estrutura organizacional, as funções e responsabilidades da administração?		X		
b. Uma lista das leis pertinentes, assim como do seu próprio estatuto orgânico?			X	Apesar de apresentar a sua visão, missão e valores a página web não apresenta documentos relativos a leis, estatuto orgânico assim como uma série de outros documentos.
c. Relatórios, políticas, programas?		X		
d. Orçamento e gastos?		X		
e. Informação sobre procedimentos na aquisição de bens e serviços, contratos assinados?		X		
f. Vagas e procedimentos de candidaturas ao emprego?	X			
g. O endereço, número de telefone, e horário de funcionamento da instituição?	X			
h. Os dados de contacto de funcionários específicos?			X	Estas informações foram encontradas no LinkedIn da instituição.
i. Um mecanismo electrónico de submissão e recepção de mensagens e pedidos de informação?	X			

Pontuação: 08/20

CATEGORIA 2: PEDIDO DE INFORMAÇÃO

O seguinte pedido foi feito à MOÇAMBIQUE TELECOM, SA (Tmcel):

- O relatório de execução financeira do exercício económico 2020;
- O contrato de acordos de Interligações assinado entre as empresas Vodacom Moçambique, SA e Moçambique Telecom, SA.
- O relatório ilustrativo dos desembolsos efectuados no âmbito do contrato de interligações acima referido.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
1. Há um funcionário especificamente designado para receber e responder a pedidos de informação?			X	Tem um departamento de marketing e comunicação que pode ser assumido como de tratamento de informação.
2. A instituição respondeu dentro dos 21 dias?	X			
3. A instituição respondeu ao pedido de informação?	X			
4. A instituição publica os seus procedimentos de tratamento de pedidos de informação?			X	Existe uma informação desactualizada datando de ano 2020.
5. A instituição disponibilizou toda a informação solicitada?		X		

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
6. A instituição disponibilizou, por escrito, as razões para a recusa da informação?	X			
7. A instituição revelou informação sobre as suas operações, orçamentos, estrutura organizacional, etc.?			X	Alguma informação a respeito de orçamento é de 2020.
8. A instituição disponibilizou a informação sem procurar saber dos objectivos e motivos do requerente?		X		
9. A instituição reconheceu a recepção do pedido de informação dentro de 7 dias?	X			
10. A informação recebida estava clara e compreensível?		X		

Pontuação: 11/20

10. INSTITUTO DE ALGODÃO E OLEAGINOSAS DE MOÇAMBIQUE

CATEGORIA 1: WEBSITE

O Instituto de Algodão e Oleaginosas de Moçambique não possui nenhuma página web. Tem apenas uma conta no Facebook (<https://www.facebook.com/pages/category/Education/Instituto-do-Algod%C3%A3o-de-Mo%C3%A7ambique-763605703730999/>), com pouca informação. As únicas informações são sobre eventos e os mesmos são de 2015. O que significa que, nas plataformas digitais, a organização não dispõe de nenhuma documentação que possa ser de acesso ao público.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
1. O website tem informação actualizada?			X	Apenas dispõe de uma página Facebook desactualizada datando de 2015.
2. O website contém o seguinte:				
a. Uma descrição dos seus poderes, bem como dados sobre a estrutura organizacional, as funções e responsabilidades da administração?		X		
b. Uma lista das leis pertinentes, assim como do seu próprio estatuto orgânico?		X		
c. Relatórios, políticas, programas?		X		
d. Orçamento e gastos?		X		
e. Informação sobre procedimentos na aquisição de bens e serviços, contratos assinados?		X		
f. Vagas e procedimentos de candidaturas ao emprego?		X		
g. O endereço, número de telefone, e horário de funcionamento da instituição?		X		
h. Os dados de contacto de funcionários específicos?		X		
i. Um mecanismo electrónico de submissão e recepção de mensagens e pedidos de informação?		X		

Pontuação: 01/20

CATEGORIA 2: PEDIDO DE INFORMAÇÃO

O seguinte pedido foi feito ao INSTITUTO DE ALGODÃO E OLEAGINOSAS DE MOÇAMBIQUE:

- O plano e o relatório dos desembolsos dos subsídios de algodão em 2021, assim como o plano e orçamento previstos para o ano 2022.

n = 20	Sim	Não	Parcial	Informação adicional
1. Há um funcionário especificamente designado para receber e responder a pedidos de informação?			X	Tem um departamento de comunicação que assume a tarefa de tratamento de informação.
2. A instituição respondeu dentro dos 21 dias?		X		
3. A instituição respondeu ao pedido de informação?		X		
4. A instituição publica os seus procedimentos de tratamento de pedidos de informação?		X		
5. A instituição disponibilizou toda a informação solicitada?		X		
6. A instituição disponibilizou, por escrito, as razões para a recusa da informação?		X		
7. A instituição revelou informação sobre as suas operações, orçamentos, estrutura organizacional, etc.?		X		
8. A instituição disponibilizou a informação sem procurar saber dos objectivos e motivos do requerente?				N/A
9. A instituição reconheceu a recepção do pedido de informação dentro de 7 dias?	X			
10. A informação recebida estava clara e compreensível?		X		

Pontuação: 03/20

SUMÁRIO

Instituição	Website	Pedido de Informação	Pontuação Total
1. Ministério da Saúde	16	15	31
2. Ministério da Economia E Finanças	12	06	18
3. Ministério da Cultura e Turismo	10	03	13
4. Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano	11	05	16
5. Instituto Nacional de Gestão e Redução do Riscos de Desastres	14	06	20
6. Agência Metropolitana de Transporte de Maputo	11	02	13
7. Conselho Municipal da Cidade da Matola	09	04	13
8. Empresa Transporte, Multiplexação e Transmissão	03	02	05
9. Moçambique Telecom, Sa (Tmcel)	08	11	19
10. Instituto de Algodão e Oleaginosas de Moçambique	01	03	04

CONCLUSÃO

Os resultados do estudo de abertura das instituições para disponibilização de informação de interesses público (2021) mostram alguma regressão da acessibilidade de informação se comparadas com os resultados do relatório de 2020. Em termos de respostas a cartas enviadas, solicitando informação, apenas o Ministério de Saúde e a companhia de telefonia Moçambique Telecom SA (Tmcel) é que responderam dentro dos 21 dias estipulados por lei. Das duas, apenas o Ministério da Saúde é que forneceu informação. A Tmcel respondeu à carta enviada, mas sem fornecer informação. As restantes instituições não responderam às solicitações de informação. A pesquisa de 2020 indicou que, das 10 instituições que tinham sido solicitadas informações, apenas seis responderam às solicitações, mesmo, em alguns casos, não tendo fornecido a informação pedida.

No entanto, uma nota positiva vai para as páginas **web**. A monitoria das páginas, no geral, mostrou alguma evolução. A actualização da informação e disponibilização de documentos importantes através da **web** foi assinalável, o que pode estar associado ao contexto de pandemia da Covid-19, que impulsionou à realização de algumas actividades no modelo virtual. Uma nota de relevância vai para o Município da Cidade da Matola que sempre teve notas relativamente baixas, em resultado de não ter uma base virtual. O relatório de 2019 tinha atribuído ao Município a nota de **Cadeado de Ouro** por ter sido a instituição pública mais fechada. No presente relatório, foi registada a existência de um website da instituição e assim como a sua presença nas redes sociais, com destaque para o Facebook. Na visita ao Município, foi notório um esforço de preparação de espaço de arquivo e de uma sala para consulta. Entretanto, os locais ainda não estão totalmente prontos para os usuários.

Globalmente, pode dizer-se que a disponibilização de informação não conheceu mudanças significativas. As melhorias em termos de mecanismos virtuais parecem dever-se apenas ao contexto da Covid-19 e podem não representar um nível de institucionalização de práticas de partilha proactiva de informação. Aliás, foram notórias dificuldades de actualização e manutenção das páginas virtuais. Durante o período de monitoria era frequente o “desligamento” das páginas por períodos de um ou mais dias, o que representam um sinal de ausência de manutenção contínua das páginas. A presença nas redes sociais, por exemplo, não é associada a uma profissionalização de tratamento de pedidos de informação.

O nível de organização das instituições continua sendo o principal problema para a disponibilização de informação. Das visitas efectuadas, foi possível constatar que muitas das organizações que não responderam à solicitação de informação careciam de um funcionário ou departamento específico para o tratamento de pedidos. Em alguns casos, apesar de reconhecerem os pedidos de informação, houve incapacidade até de localizar a fase em que as cartas submetidas se encontravam. Ademais, os seus arquivos de informação não se encontram estruturados para flexibilizar a consulta e disponibilização de informação. O esforço da reforma do sistema de arquivo de Estado ainda não resultou na construção de uma cultura administrativa proactiva quanto à disponibilização de informação.



A INSTITUIÇÃO PÚBLICA MAIS FECHADA

A maioria das instituições avaliadas revelaram ter resultados não significativos quanto à disponibilização de informação. A disponibilização da informação continua um desafio. As instituições não se encontram devidamente organizadas para disponibilizarem informação de forma proactiva. De acordo com os dados da pesquisa, a Empresa Transporte, Multiplexação e Transmissão (05) e o Instituto de Algodão e Oleaginosas de Moçambique (04) partilham as notas mais baixas da avaliação.

Assim sendo, o Instituto de Algodão e Oleaginosas de Moçambique é galardoada com Prémio de Cadeado de Ouro da avaliação do ano 2021.



A INSTITUIÇÃO PÚBLICA MAIS ABERTA

O Ministério da Saúde foi a instituição mais flexível na disponibilização de informação, respondeu ao pedido e forneceu sem questionar a informação solicitada. A sua página web contém conteúdo actualizado e relevante sobre as suas actividades.

Assim, a instituição galardoada com o Prémio de Chave de Ouro, é o Ministério da Saúde.

RECOMENDAÇÕES

- Acções de treinamento devem ser desenvolvidas para incentivar a organização dos arquivos das instituições. O processo de arquivo do Estado, apesar de ser de conhecimento geral, ainda não gerou capacidade institucional para garantir a preparação das entidades;
- É preciso uma capacitação das lideranças das organizações para actuarem como agentes de mudança relativamente à disponibilização de informação. Num contexto de administração fortemente alicerçado nos líderes, a vontade política da liderança é importante para engajar as instituições sobre a acessibilidade de informação de interesse público;
- Intentar acções de reforço de mecanismos de transparência das instituições. Acções nesta direcção devem criar consciência da transparência entanto que um mecanismo de gestão eficiente e geradora de resultados práticos na prestação de serviços públicos;
- Intensificar campanhas de importância de disponibilização da informação de interesse público. Apesar da existência de um conhecimento sobre LEDI, foi notória a marginalização do exercício prático da sua implementação, o que se associa um certo silêncio quanto a sanções em caso de incumprimento.